CONTRATO Nº 099/2022

O **MUNICÍPIO DE POÇO DAS ANTAS,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob n.° 91.693.333/0001-07, com sede administrativa localizada à Avenida São Pedro, 1213, Bairro Centro, Poço das Antas/RS, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. Vânia Brackmann, brasileira, casada, domiciliada na Rua João Anschau, 36, Bairro Centro, município de Poço das Antas/RS, inscrita no CPF sob n.° 470.057.770-34, portadora da Carteira de Identidade n.º 9044415363 - SSP/RS, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a Empresa **STEFFEN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.° 03.492.910/0001-27, com sede à Avenida Independência, 1072, Bairro Centro, município de Poço das Antas/RS, CEP 95.740-000, telefone n.º 51 3773-1062, e-mail: steffenmat@gmail.com, neste ato representada pela Sra. Cecília Maria Steffen, brasileira, casada, empresária, inscrita no CPF sob n.º 297.201.330-15, RG n.º 8013412047, residente e domiciliada na Rua Carlos Kunzler, 77, Bairro Centro, município de Poço das Antas/RS, CEP 95.740-000, doravante denominada CONTRATADA, para o fornecimento do objeto descrito na Cláusula Primeira – Do Objeto.

O presente contrato é oriundo do processo licitatório na modalidade **Tomada de Preços N.° 010/2022,** e tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, regendo-se pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e legislação pertinente, assim como pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a **contratação de empresa para aquisição de materiais de construção,** para as diversas Secretarias da Administração Pública Municipal.

Especificações e quantidades constantes no ANEXO I que é parte integrante do ato convocatório.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

O preço para o presente ajuste é de um valor total de **R$ 1.088,37 (mil e oitenta e oito reais e trinta e sete centavos) para a Secretaria Municipal da Administração, Indústria e Comércio;** um valor total de **R$ 821,92 (oitocentos e vinte e um reais e noventa e dois centavos) para a Secretaria Municipal da Assistência Social;** um valor total de **R$ 3.745,66 (três mil, setecentos e quarenta e cinco reais e sessenta e seis centavos) para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo - Desporto;** um valor total de **R$ 4.022,67 (quatro mil e vinte e dois reais e sessenta e**

MUN. POÇO DAS ANTAS JURÍDICO

sete centavos) para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo - Educação Infantil; um valor total de **R$ 5.425,53 (cinco mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e cinquenta e três centavos) para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo - Ensino Fundamental;** um valor total de **R$ 48.555,23 (quarenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e vinte e três centavos) para a Secretaria Municipal de Obras, Viação e Trânsito;** e um valor total de **R$ 1.188,66 (mil, cento e oitenta e oito reais e sessenta e seis centavos) para a Secretaria Municipal da Saúde,** entendido este como o preço justo e suficiente para o fornecimento do objeto do presente contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

O pagamento do objeto do presente contrato será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após o fornecimento do mesmo, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, visada por Responsável pelo Setor do Almoxarifado do Município.

Importante: O pagamento será em até 10 (dez) dias úteis posteriores a liquidação da despesa, ou seja, a contar da data que a Nota Fiscal é conferida e assinada.

A empresa Contratada deverá emitir Nota Fiscal por Secretaria.

Deverá fornecer boletos ou dados bancários completos para fins de depósito, juntamente com a Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

Os valores do presente contrato não sofrerão qualquer reajuste no período de sua vigência.

CLÁUSULA QUINTA - DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Os valores do presente contrato não pagos na data do adimplemento da obrigação deverão ser corrigidos desde então até a data do efetivo pagamento, *pro-rata die*, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Parágrafo Único - O consoante no caput, não se aplicará se a Contratada deixar de entregar a Nota Fiscal em tempo.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DO FORNECIMENTO

O prazo de vigência do presente contrato é a contar de sua assinatura até 15 de dezembro de 2022, com a possibilidade de prorrogação, conforme dispõe o art. 57 da Lei n.º 8.666/93.

A Contratada deverá efetuar o fornecimento do objeto deste contrato, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias a contar da emissão da nota de empenho e assinatura do presente contrato.

MUN. POÇO DAS ANTAS JURÍDICO

Os materiais constantes nos itens 8, 9, 10, 11, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 51, 52, 62, 63, 64, 65, 69, 70, 71, 78, 81, 82, 83, 84, 87, 96, 97, 104, 111, 112, 113, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155 e 156 **serão requisitados conforme demanda das Secretarias Municipais até a data de 15 de dezembro de 2022,** devendo ser entregues na Secretaria Municipal de Obras, Viação e Trânsito.

O fornecimento do objeto deste contrato deverá ocorrer no horário das 07h30min às 09h30min e das 13h às 15h, em local previamente determinado, podendo ser: na Prefeitura Municipal, na sede da Secretaria Municipal de Obras ou outro local especificado pelo Município, sendo recebido por Responsável do Setor do Almoxarifado do Município.

Caso os materiais não correspondam ao exigido no Edital e em seus respectivos anexos, a Contratada deverá providenciar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a sua substituição, visando o atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital e na Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

2004 – Manutenção da Secretaria Municipal da Administração

3.3.3.90.30.00.00.00 – Material de Consumo (305)

1 – Recurso Livre

SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

2076 – Programa Proteção Social Básica Estadual - FEAS

3.3.3.90.30.00.00.00 – Material de Consumo (9031)

1196 – FEAS/PPSB-OASF

2011 – Manutenção da Assistência Social - CRAS

3.3.3.90.30.00.00.00 – Material de Consumo (9005)

1105 – FMAS – Fundo Mun. Assist. Social

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO

2013 – Manutenção do Desporto e Lazer

3.3.3.90.30.00.00.00 – Material de Consumo (566)

1 – Recurso Livre

2006 – Manutenção da Educação Infantil

3.3.3.90.30.00.00.00 – Material de Consumo (505)

20 - MDE

MUN. POÇO DAS ANTAS
JURÍDICO

2006 – Manutenção da Educação Infantil

3.3.3.90.30.00.00.00 – Material de Consumo (5060)

1063 – Salário Educação-União

2007 – Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.3.90.30.00.00.00 – Material de Consumo (535)

20 - MDE

2007 – Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.3.90.30.00.00.00 – Material de Consumo (584)

1063 – Salário Educação-União

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO

2012 – Manutenção da Secretaria Obras, Viação e Trânsito

3.3.3.90.30.00.00.00 – Material de Consumo (807)

1 – Recurso Livre

2069 - Canalização de Ruas

3.3.3.90.30.00.00.00 - Material de Consumo (829)

1 - Recurso Livre

2068 – Manutenção das Estradas

3.3.3.90.30.00.00.00 - Material de Consumo (826)

1 - Recurso Livre

2069 – Canalização de Ruas

3.3.3.90.30.00.00.00 - Material de Consumo (831)

1020 – Cota-Parte CIDE

2069 - Canalização de Ruas

3.3.3.90.30.00.00.00 - Material de Consumo (833)

1090 - FEP - Fundo Espec. Petróleo

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

2009 – Manutenção dos Serviços de Atenção Primária

3.3.3.90.30.00.00.00 – Material de Consumo (703)

40 – ASPS.

CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

A CONTRATADA assume todas as responsabilidades inerentes à sua atividade, independente de quem estiver efetuando os fornecimentos, inclusive decorrentes de acidentes, abrangendo danos materiais, pessoais, morais, insalubridade, periculosidade, reclamatórias trabalhistas, encargos sociais, FGTS, multas e outros relacionados direta ou indiretamente com o

MUN. POÇO DAS ANTAS
JURÍDICO

objeto ora contratado.

CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

1. DOS DIREITOS:

1.1. DA CONTRATANTE:

a) Receber o objeto do presente contrato nas condições avençadas;

b) Fiscalizar o fornecimento dos materiais por meio de Responsável pelo Setor do Almoxarifado do Município;

c) Aplicar penalidades de advertência, multa, suspensão temporária e declaração de inidoneidade, de acordo com a gravidade das transgressões verificadas em processo administrativo.

1.2. DA CONTRATADA:

a) Perceber do Município o valor ajustado na forma e no prazo convencionado.

2. DAS OBRIGAÇÕES:

2.1. DA CONTRATANTE:

a) Efetuar o repasse dos valores devidos conforme Cláusula Terceira do presente contrato, subsequente ao efetivo fornecimento dos materiais;

b) Visar à Nota Fiscal inerente ao fornecimento do objeto do presente contrato;

c) Dar à CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do presente contrato.

2.2. DA CONTRATADA:

a) Efetuar o fornecimento dos materiais (objeto do presente contrato) de acordo com as especificações, quantidades e prazos do Edital e do presente contrato;

b) Fornecer materiais de primeira qualidade, os mesmos serão conferidos por Responsável pelo Setor do Almoxarifado do Município, e os que não forem de boa qualidade serão devolvidos para a empresa efetuar a substituição dos mesmos. Deverão obedecer rigorosamente às descrições constantes no Anexo I do Edital de Tomada de Preços N.º 010/2022;

c) Cumprir com as determinações emitidas pelo Município;

d) Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

e) Apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários e fiscais;

f) Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da execução do presente contrato.

MUN. POÇO DAS ANTAS
JURÍDICO

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES E MULTAS

Pelo descumprimento total ou parcial do objeto do presente contrato, a **ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL** poderá, garantida prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes penalidades:

I – advertência;

II – multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, limitado esta a 15 (quinze) dias, após o qual será considerada inexecução contratual;

III – multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um) ano;

IV – multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos.

V – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo Único - As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

Conforme previsto nos art. 77 à 80 da Lei Federal n.º 8.666/93, constitui motivo para a rescisão do presente contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem qualquer direito à indenização, por parte da **CONTRATANTE**, se a **CONTRATADA**:

I – não cumprir regularmente quaisquer das obrigações assumidas no presente contrato;

II – subcontratar, transferir ou ceder, total ou parcialmente, o objeto do presente contrato a terceiros;

III – fusionar, cindir ou incorporar-se a outra empresa;

IV – efetuar os fornecimentos com imperícia técnica;

V – falir, requerer concordata ou for instaurada insolvência civil;

VI – demonstrar incapacidade, desaparelhamento, inidoneidade técnica ou má fé;

VII – atrasar injustificadamente o fornecimento dos materiais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Também pode ser rescindido unilateralmente o presente contrato desde que haja comunicação por escrito da parte da **CONTRATANTE** informando a rescisão com antecedência mínima de 10 (dez) dias a **CONTRATADA.**

PARÁGRAFO SEGUNDO – Da decisão que determinar a rescisão do presente contrato, unilateralmente pelo **MUNICÍPIO**, caberá recurso ao Prefeito Municipal, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação administrativa, em primeira e única

MUN. POÇO DAS ANTAS
JURÍDICO

instância.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

O presente contrato está vinculado ao Edital de Tomada de Preços N.º 010/2022 e à proposta do licitante vencedor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA BASE LEGAL

O presente contrato tem seu embasamento legal na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OMISSÕES

Este contrato rege-se pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, inclusive em suas omissões.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

Este contrato poderá ser modificado unilateralmente para a melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Este contrato é firmado *"intuitu personae",* vedada a substituição do responsável firmatário, extinto de pleno direito ao término de seu prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

As partes interessadas no presente instrumento se confessam de pleno acordo com todas as condições expressas no presente contrato, ficando eleito o Foro de Teutônia para soluções de eventuais dúvidas.

DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, o qual, lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratadas na presença de duas testemunhas, para que surta seus efeitos legais e jurídicos.

Poço das Antas, 18 de julho de 2022.

MUN. POÇO DAS ANTAS
JURÍDICO

Vânia Brackmann,
PREFEITA MUNICIPAL.

Cecília Maria Steffen,
STEFFEN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP.

Analisei e aprovei o presente instrumento contratual nos termos do artigo 38, parágrafo único da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

André Ludwig -
Assessor Jurídico,
OAB/RS n.º 43.622.

TESTEMUNHAS:

Augusto Jacó Dattein,
CPF: 008.398.020-21.

Daniela Laisa Kolling,
CPF: 021.587.040-98.

MUN. POÇO DAS ANTAS
JURÍDICO